

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes quer Trabalho e Previdência de volta após saída de Onyx para eleição..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"A folga no teto de gastos é menor do que se imagina".....5

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo quer ajuda do Sistema S para investir em jovens..... 7

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pagamento do 3º lote do IR vai injetar R\$ 5,8 bi na economia.....8

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Profissionais liberais deveriam pagar mais impostos (3)..... 9

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
SEGURIDADE SOCIAL

O enorme desafio da nossa aposentadoria. Acredite, você não vai querer pagar pra ver (2)
..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo estuda adiar vinculação entre novo Bolsa Família e reforma do Imposto de Renda
..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O sistema tributário continuará caótico (2).....12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Revisão do teto não pode ser licença para gastar'..... 13

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta de reforma prejudicará estados e municípios.....14

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sanidade tributária (3)..... 15

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Subsídios atingem R\$ 346,6 bilhões e governo prepara proposta de corte.....16

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA
ECONOMIA

Orçamento de 2022 vai respeitar o teto de gastos.....17

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
POLÍTICA

Partidos ampliam repasse de verba para fundações..... 18

Guedes quer Trabalho e Previdência de volta após saída de Onyx para eleição

Thiago Resende *brasil*

A decisão de transformar a secretaria de Previdência e Trabalho em um novo ministério, a ser liderado por Onyx Lorenzoni, deverá ser temporária, segundo plano traçado pelo time do ministro da Economia, Paulo Guedes, que hoje comanda a área.

Pela programação da equipe econômica, até o fim do governo, a pasta de Emprego e Previdência será novamente extinta e voltará ao guarda-chuva de Guedes. Mas ainda não há previsão de quando isso aconteceria, e se seria antes do resultado da eleição de 2022. A estratégia de desfazer o ministério dependerá de apoio político.

O presidente Jair Bolsonaro planeja uma troca de cadeiras na Esplanada cujo objetivo é acomodar aliados políticos e selar a aliança com o centrão, num momento de baixa popularidade do governo.

Nesse contexto, Onyx deverá ceder o cargo de ministro da Secretaria-geral da Presidência. Para hospedá-lo temporariamente, Bolsonaro pretende recriar o Ministério do Emprego e Previdência, que foi fundido ao de Guedes.

Só que o projeto de Onyx, segundo integrantes do governo, envolve uma provável disputa ao governo do Rio Grande do Sul no próximo ano. Para isso, ele precisará deixar o posto até abril de 2022.

Técnicos do Ministério da Economia, então, dizem acreditar que ele ficará no cargo por cerca de oito meses. O plano pós-Onyx, elaborado pelo time de Guedes, ainda está em debate: ou o atual secretário de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, assume a função (também de forma temporária) ou a área já retornaria para a tutela do ministro da Economia a partir de abril.

Seja qual for o cenário, Guedes afirmou a aliados que a intenção é voltar o ministério de Emprego e Previdência para o status de secretaria até o fim do governo. A ideia é seguir a linha de enxugamento da máquina pública, defendida pelo ministro da Economia e o bunker liberal do governo.

Apesar desse planejamento, a nova pasta pode ser desejada por partidos e entrar numa disputa entre

Guedes e o centrão. Onyx deve herdar cerca de 85% do orçamento atual de Guedes, que chega a R\$ 724,8 bilhões. O Ministério do Emprego e Previdência se tornará a pasta com mais verba na Esplanada, e Guedes ficará com menos de R\$ 100 bilhões.

O plano da Economia também pode perder força e se mostrar inócuo caso Bolsonaro não seja reeleito. Nesse caso, o futuro da pasta dependeria do resultado das urnas.

Na avaliação de integrantes do Planalto e da Economia, o movimento na Esplanada, que resultará no alojamento de Onyx em um novo ministério, foi necessário para tentar garantir apoio de partidos à agenda econômica que está em discussão no Congresso, como a **reforma tributária** e a privatização dos Correios.

Aliados de Bolsonaro contam com a recuperação da economia e o aumento nos gastos sociais, como reformulação do Bolsa Família, para que a candidatura dele à reeleição se torne mais competitiva.

A criação de um ministério, porém, não é algo simples.

Em abril de 2019, quando o governo completava cem dias, Onyx era ministro da Casa Civil. Ele exaltou que 2 mil cargos e funções comissionadas haviam sido extintos. Isso era parte da agenda de corte de despesas. Agora, com o ressurgimento do Ministério do Emprego e Previdência, cargos e funções comissionadas precisam ser retomados. A equipe de Guedes ainda trabalha nesse levantamento.

Em relação à agenda trabalhista e previdenciária, a equipe econômica não acredita que haverá mudanças bruscas. Onyx se mostrou disposto a analisar os projetos que já estavam em andamento. Além disso, ele tem a confiança de Guedes, pois já trabalhavam juntos desde a campanha presidencial de Bolsonaro, e quando Onyx assumiu a Casa Civil logo no início do governo.

O plano da Economia é emplacar a permanência do quadro técnico da atual secretaria de Previdência e Trabalho. Com isso, Bianco se tornaria secretário-executivo de Onyx, e a linha dele e de Guedes - liberal e de reformulação de regras trabalhistas - não seria interrompida.

Enquanto prepara a medida provisória com as alterações, Guedes também já planeja mudanças na estrutura interna das secretarias que continuarão sob seu comando.

A secretaria de Orçamento e a secretaria do Tesouro Nacional hoje estão abaixo da secretaria especial de Fazenda. A ideia é criar a secretaria especial de Orçamento e Tesouro. Ou seja, fundir as áreas e elevá-las de status.

A aliados Guedes tem dito que a proposta visa maior alinhamento entre o setor que planeja os gastos públicos e o que cuida das despesas. Mas partidos que compõem o centrão continuam pressionando o governo para recriar o Ministério do Planejamento, cujas funções estão hoje dentro da Economia e envolvem o controle do Orçamento federal.

O MINISTÉRIO DA ECONOMIA Estrutura atual

Secretaria especial de Fazenda (abriga o Tesouro)

Secretaria especial da **Receita Federal**

Secretaria especial de Previdência e Trabalho

Secretaria especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

Secretaria especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados

Secretaria especial de Produtividade, Emprego e Competitividade

Secretaria especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria especial do Programa de Parcerias de Investimentos

Como fica

Será recriado o Ministério do Trabalho e da Previdência. Com isso, sai a Secretaria especial de Previdência e Trabalho

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

04

"A folga no teto de gastos é menor do que se imagina"

ENTREVISTA: Fabio Giambiagi, economista e pesquisador associado do Ibre/FGV

Filipe Serrano A folga no teto de gastos poderá ser menor do que o esperado pelo governo caso o reajuste nas aposentadorias fique acima da **inflação** medida no IPCA, o que pode interferir nos planos de expansão do Bolsa Família e dos salários do funcionalismo.

O alerta é do economista Fabio Giambiagi, especializado em finanças públicas e colunista do Estadão. Giambiagi acaba de publicar o livro Tudo sobre o Déficit Público, em que defende um pacto pelo equilíbrio nas contas públicas.

Em entrevista, ele afirma que o recente aumento da arrecadação é um retorno ao nível de receitas que havia em 2019, antes da pandemia, e critica falta de envolvimento do presidente Jair Bolsonaro com o tema.

I O sr. argumenta no livro que o déficit público é um dos problemas pendentes que a política econômica não resolveu desde o Plano Real. Por quê?

Por falta de compreensão da questão por parte da liderança política. Observe que nas duas vezes em que tivemos presidentes com comprometimento claro com o tema houve avanços. Isso ocorreu tanto com Fernando Henrique, no segundo mandato, como com o presidente (Michel) **Temer**, nos dois casos com equipes econômicas de primeiro nível e apoio do Congresso.

I É uma questão de envolver mais os demais Poderes?

O teto de gastos já envolve os demais Poderes. Quando o Executivo mostra a rota, o Congresso apoia. Foi assim no ajuste de FHC, nas medidas iniciais do Antonio Palocci (ministro da Fazenda no governo Lula) e com **Temer**, assim como na aprovação da reforma da Previdência, por méritos compartilhados com Rodrigo Maia. A declaração recente do presidente de que a **Receita Federal** foi "com muita sede ao pote" (na reforma do IR) é emblemática.

O projeto é do Executivo, a responsabilidade política é do presidente.

I Nesse ambiente, preocupa a falta de alinhamento entre o presidente e a equipe econômica para enfrentar o déficit?

Se continuar assim, é melhor desistir de aspirar a qualquer nova reforma, porque a emenda está saindo pior que o soneto.

É melhor aprovar o que for possível do pacote tributário, depois levar o barco até 2022 e 2023. O governo queria privatizar a Eletrobrás, e saiu um monstro de sete cabeças. Havia uma certa intenção (de fazer um ajuste) com o pacote tributário e depois deu uma guinada de 180 graus. No caso da reforma administrativa, já estamos começando a ver a força dos lobbies desfigurar a proposta.

I A Receita divulgou semana passada um valor recorde na arrecadação no primeiro semestre. Como avalia essa recuperação?

É algo positivo que desanuvia a tensão que existia no mercado até meses atrás em função da situação fiscal de 2020. Apenas cabe lembrar que o valor é 6% maior em termos reais (descontada a **inflação**) ao do primeiro semestre de 2019, o que significa que, se computarmos o crescimento da economia mais o fato de que deflator do **PIB** está na frente do IPCA, estamos apenas retomando a carga tributária de 2019.

I O governo tem contado com aumento de arrecadação para a expansão do Bolsa Família.

Utilizando as palavras do presidente, diria que o governo talvez esteja indo com muita sede ao pote. Não sei se terá esse espaço fiscal. Mesmo na hipótese de não ter reajuste nos salários de servidores, as aposentadorias vão ser corrigidas pelo INPC. Embora esse indicador costume andar junto com o IPCA, está havendo um descasamento este ano. O INPC acumulado em 12 meses até junho foi de 9,22%. E o IPCA, que é o indexador do teto, 8,35%. Se no fim do ano tivermos um IPCA em torno de 7% e um INPC em torno de 8%, a folga do teto vai ser bem menor do que aquela que se imaginava dois ou três meses atrás.

I O que acha da visão do Congresso e do governo de que a maior arrecadação vai cobrir o rombo previsto na reforma do IR?

O argumento não faz o menor sentido. Como disse, estamos apenas voltando à carga tributária de 2019. E, em 2019, tivemos um déficit de 6% do **PIB**.

Não faz sentido o País se conformar com um déficit como esse. É importante em 2023 apresentar um plano de voo com um programa de sustentabilidade fiscal claro para o período entre 2024 e 2026.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo quer ajuda do Sistema S para investir em jovens

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse ser preciso "passar a faca" no Sistema S. A finalidade é obter recursos para o pagamento de bolsas para a qualificação de jovens carentes. Em linhas gerais, o governo quer usar recursos do Sistema S para o financiamento de um novo programa voltado ao treinamento profissional de jovens carentes.

Os dirigentes das entidades, no entanto, estão resistentes. "Temos que passar a faca no Sistema S para passar para o jovem carente. Não podemos deixar uma geração inteira de jovens pobres ser sacrificada porque algum lobby não quer dar uma contribuição mais do que justa neste momento", afirmou em live nessa sexta-feira (23).

A ideia do governo é que o programa destine pagamento de R\$ 550 ao jovem que não tem condições de voltar aos estudos. Metade seria paga pelo Sistema S e a outra metade pela empresa para a qual o indivíduo trabalha.

Assim, o secretário explicou que o jovem poderia trabalhar pela manhã e à tarde passar por um treinamento profissional de duas ou três horas. A previsão é que o programa demande R\$ 6 bilhões em recursos do Sistema S.

"Está na hora de o Sistema S ajudar. Temos um sistema que tem bilhões em caixa e em imóveis. Tem dirigentes que ganham R\$ 60 mil por mês. É inaceitável esse sistema não aceitar contribuir com um programa de qualificação de jovens carentes", disse durante a transmissão promovida por um veículo de comunicação.

O Sistema S reúne entidades como Sesc, Sebrae e Sesi. As empresas pagam contribuições às instituições do Sistema S com base em alíquotas que chegam a 2,5% sobre a folha de pagamentos. As entidades não são integrantes da administração pública, embora recebam recursos arrecadados por ela (por meio de repasses da **Receita Federal**). Por causa dessa dualidade, são pessoas jurídicas de direito privado chamadas de "paraestatais".

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/26-07_92e5aa4ecd05f6

Pagamento do 3º lote do IR vai injetar R\$ 5,8 bi na economia

A **Receita Federal** liberou nessa sexta-feira (23) as consultas ao terceiro lote de restituição do Imposto de Renda 2021, relativo ao ano-base 2020. O crédito foi antecipado pelo órgão e deve ser pago em 30 de julho. O pagamento será feito diretamente na conta bancária informada na declaração do IR. Ao todo, 5 milhões de contribuintes receberão a restituição neste terceiro lote, entre prioritários e não prioritários. O valor total a ser pago é de R\$ 5,8 bilhões.

"A economia está retomando aos poucos, principalmente em setores importantes que, com o retorno de maior circulação das pessoas podem voltar a prosperar e isso é bom para todos. Com a retomada do mercado de trabalho, a injeção desse recursos do imposto de renda fará o consumidor perceber que ele pode continuar consumindo", disse o economista cearense Wamdemberg Almeida.

O especialista explicou que esse impacto é ainda mais acentuado, pois para muitos endividados é o momento de quitar as dívidas. "Importante essa quitação para a retomada do crédito, e àquelas pessoas que não estão com dívidas, poderão consumir com mais tranquilidade. Com um pouco dessa normalização, a economia está voltando, com a extensão do comércio, há maior circulação de pessoas retornando às suas atividades, o que contribui para setores-chave voltarem. Tudo isso gera mais confiança e reflete positivamente na vida da população, além de ajudar a manter os empregos", disse.

Como consultar?

Para verificar se o CPF consta na lista de contribuintes que receberão a restituição no terceiro lote, é necessário acessar o site oficial da **Receita Federal** (<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/>). Em seguida é preciso selecionar a opção "Meu Imposto de Renda". Neste link, o cidadão deve clicar em "Consultar Restituição". O passo seguinte é clicar no botão "Iniciar", do lado direito da tela. Em seguida, é preciso informar o CPF, a data de nascimento e escolher o ano do exercício que deseja consultar, além de copiar os caracteres informados no campo de verificação. Feito isso, clique em "Consultar".

Na página seguinte, o contribuinte já será informado se irá receber a restituição neste lote ou se ainda está na fila de pagamento. Também é possível fazer a

consulta por meio do aplicativo da **Receita Federal**, disponível gratuitamente para celulares e tablets.

Segundo a Receita, por meio da plataforma e-CAC, o contribuinte consegue fazer uma consulta mais detalhada sobre a declaração. A ferramenta mostra se há alguma pendência no documento enviado. Caso haja, o contribuinte pode fazer as alterações necessárias, evitando cair na malha fina.

No caso de ocorrer algum problema que impeça o depósito (por exemplo, se a conta tiver sido desativada), o dinheiro ficará disponível por um ano para retirada no Banco do Brasil. Para isso, o contribuinte deve fazer agendamento pelo site do BB ou dos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-7290001 (demais localidades) e 0800-7290088 (linha especial exclusiva para deficientes auditivos).

Após esse prazo, se o dinheiro não for retirado, o contribuinte deve solicitar o crédito pelo portal e-CAC. Para isso, é necessário acessar o menu "Declarações e Demonstrativos - Meu Imposto de Renda". Em seguida, clique em "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária".

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/26-07_92e5aa4ecd05f6

Profissionais liberais deveriam pagar mais impostos (3)

As mudanças no Imposto de Renda propostas pelo governo despertaram reação veemente de entidades que representam profissionais liberais, como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou Conselho Federal de Medicina (CFM). Beneficiados historicamente pelas distorções profundas nas regras tributárias brasileiras, médicos, advogados e assemelhados saíram em defesa de seus privilégios sob os argumentos mais esdrúxulos.

Deixando a chiadeira de lado, é evidente que a profusão de regimes tributários específicos-para empregados formais, funcionários públicos ou pessoas jurídicas-resulta em disparidades inaceitáveis, que o país precisará enfrentar para ter um sistema mais justo de cobrança de **impostos**.

Considere um profissional que receba R\$ 30 mil por mês (e está, portanto, entre o 1% de maior renda). A taxa a que seu rendimento está sujeito flutua mais que a maré. Nas contas do economista Bernard Appy, a alíquota paga sobre o que esse profissional ganhar acima do teto do **INSS** (R\$ 6.433,57) - tecnicamente, a "alíquota marginal"- será de 42,6% se for funcionário de empresa, 27,5% se estiver no setor público, 9,6% se for pessoa jurídica declarando pelo regime do lucro presumido e 9,1% se declarar pelo Simples (já considerando benefícios previdenciários).

Não é acaso que tantos profissionais se tornem pessoas jurídicas para fins tributários. Equilibrar distorções como essa vai muito além de, como propõe o governo, taxar dividendos. Regimes especiais como Simples e lucro presumido não deveriam abrir brecha para o expediente conhecido como "pejotização". As alíquotas para os mesmos rendimentos deveriam ser iguais.

As distorções custam caro ao governo. Só o Simples representou em 2019 uma perda de arrecadação de R\$ 76 bilhões, um quarto do total de subsídios tributários. Foi a maior renúncia fiscal da União, equivalente a 1% do **PIB**. Os 3,3 milhões de empresas contempladas reuniam 11,8 milhões de empregados. Há nesse bolo muitas empresas pequenas e médias que precisam mesmo de benefícios tributários. Mas há uma quantidade enorme cujo objetivo é apenas a engenharia tributária.

O problema se repete no regime do lucro presumido -e

é agravado pela proposta do governo. Pelo cálculo de Appy, criar um limite de isenção para faturamento até R\$ 20 mil fará a alíquota marginal cair de 9,6% para 4,6% nesse regime, ampliando as distorções (embora ela suba de 13,6% para 31% para quem faturar R\$ 100 mil).

Para aperfeiçoar o sistema de **impostos**, seria preciso destrinchar se as hipóteses embutidas nos regimes tributários especiais correspondem mesmo à realidade. Não faz sentido submeter um escritório de advocacia que emprega 20 funcionários à mesma regra de um advogado estrelado que, sozinho, alcança faturamento comparável, mas tem lucratividade bem maior.

A queixados profissionais liberais parece refletir apenas o interesse em preservar as distorções que lhes favorecem. O país precisa de **impostos** justos, não de regras e exceções que funcionam como "elisão fiscal legalizada". É também absurdo o argumento de que aumentar a cobrança sobre médicos e advogados incentivaria a sonegação, como no tempo das consultas "com ou sem nota". Sonegar é um crime. Precisa ser punido, como todo advogado deveria saber. "Quem sonega imposto está roubando dinheiro público tanto quanto político corrupto", diz Appy.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O enorme desafio da nossa aposentadoria. Acredite, você não vai querer pagar pra ver (2)

RICARDO HIRAKI MAILA*

Quando pensamos no destino da nossa sociedade, observamos que existirão diversos desafios a serem superados. Crescemos ouvindo sobre os prováveis problemas climáticos pelo efeito do aquecimento global, a água como um provável recurso de disputas internacionais, a produção de alimentos para uma população mundial cada vez maior, a geração de energia sustentável e até o que parecia improvável, mas agora já virando história, uma pandemia.

No entanto, já notaram que outro enorme desafio que teremos que superar é termos recursos financeiros para custear uma aposentadoria de pessoas que vivem cada vez mais? Ou ainda que vivemos em um sistema de aposentadoria por boa parte do mundo, inclusive no Brasil, no qual as gerações mais novas custeiam os aposentados, mas que a base da pirâmide tem mudado a proporção? Menos pessoas nascem e a expectativa de vida tem aumentado. No Brasil temos um agravante ainda maior, estamos nos tornando um país de alta expectativa de vida e na economia não estamos evoluindo para um país mais rico.

Para financiar uma aposentadoria existem basicamente 3 possibilidades: a **Previdência Social** do Governo, fundo de pensão através das empresas que trabalhamos e a produção de patrimônio pessoal.

A **Previdência Social** já representa mais de 30% dos custos do orçamento do Governo, por isso esta pauta se tornou tão importante dentro da política econômica do Brasil e também de muitos outros países. Já é certo que esse formato é insustentável e por isso o futuro dele é que tenha cada vez mais alterações em suas regras.

Os fundos de pensões dentro de empresas ou grupos de profissões têm se tornado cada vez mais raros. Estudos recentes mostram que houve uma redução de quase 50% na oferta desse benefício, especialmente impulsionado pela flexibilização das leis trabalhistas, sistemas de terceirização e avanço de tecnologias.

Desse modo, a terceira via se torna a mais importante

e desafiadora para nós. Significa que precisaremos fazer por nós mesmos a geração de patrimônio privado que irá nos custear na velhice. Mas então, qual o tamanho dessa "bucha"? Para a geração que está

Temos enorme dificuldade de gerar conexão com o futuro e vemos pouca importância em sacrifícios hoje

trabalhando hoje será enorme. Significa que precisaremos deixar de consumir parte hoje para salvar e investir e, assim, talvez ter o suficiente para o futuro e isso definitivamente não é nada simples.

Temos uma enorme dificuldade de gerar conexão com nós do futuro e assim vemos pouca importância em realizar sacrifícios hoje. Isso afeta nossa disciplina e foco. Essa falta de empatia por nós mesmos, velhos, quebra o motivo.

A desigualdade social e a não evolução da economia têm gerado orçamentos familiares cada vez mais restritos, o que tem dificultado a possibilidade de termos espaços de reserva de recursos. Afinal, se a situação aperta, nos resta pagar o presente para nos mantermos.

E a falta de educação financeira e a inércia de aceitarmos conviver com dívidas e consumos de coisas que não são importantes produzem perdas que dificultam ainda mais produzir a geração de salvas pessoais.

A ideia neste artigo não é criar ansiedade e pessimismo sobre o futuro, mas sim chamar atenção e trazer a responsabilidade para hoje. Não teremos opção de terceirizar a Governo ou empresas o nosso conforto uma vez velhos. Precisaremos aprender a fazer nós mesmos esse caminho.

*Sóciofundador e atua como CEO e CFO da Plano Consultoria, empresa que oferece soluções financeiras para pessoas e empresas

Governo estuda adiar vinculação entre novo Bolsa Família e reforma do Imposto de Renda

O governo deve mudar de estratégia e propor que a reformulação e a ampliação do Bolsa Família não dependam, por enquanto, de aprovação da **reforma tributária** defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

A equipe econômica quer que mudanças na tributação do IR (Imposto de Renda) sejam usadas para bancar o novo programa de transferência de renda, que pode se chamar Renda Cidadã ou Renda Brasil. Mas o projeto que busca alterar a cobrança do IR ainda está em discussão no Congresso, e sem previsão de votação.

A estratégia do governo de vincular o orçamento do novo Bolsa Família a uma fonte de recursos ainda incerta foi recebida com críticas por especialistas e parlamentares.

Por isso, integrantes do Palácio do Planalto e do Ministério da Economia dizem que esse plano deve ser reestruturado. Isso evitaria desgaste entre a ala política do governo e o Congresso, que querem um novo programa social funcionando já em novembro.

A ideia agora é buscar uma fonte de recursos já garantida e que viabilize o funcionamento do novo Bolsa Família enquanto a **reforma tributária** é debatida pelo Congresso. A equipe de Guedes trabalha nessa solução temporária para destravar a conclusão do desenho do programa social turbinado.

O governo tem sido cobrado por líderes partidários a apresentar a proposta de reformulação e ampliação do Bolsa Família, prometida desde o primeiro ano de Jair Bolsonaro. A medida faz parte da tentativa de conter a queda de popularidade do presidente, que pretende tentar a reeleição.

Quando há a criação de uma nova despesa permanente, como em um programa social, o governo precisa compensar a medida com o aumento de receita ou corte de outros gastos.

O novo programa social ainda está em elaboração. A ideia é elevar o benefício médio por família dos atuais R\$ 190 mensais para algo próximo de R\$ 270.

O número de beneficiários também deve aumentar, passando de 14,7 milhões de famílias para aproximadamente 17 milhões. Com isso, o custo do programa tende a subir para cerca de R\$ 53 bilhões por ano. No Orçamento de 2021, a verba para o Bolsa Família é de R\$ 34,9 bilhões.

Guedes ainda deseja que o novo Bolsa Família seja bancado com parte dos recursos a serem obtidos com eventual aprovação do fim da isenção tributária sobre dividendos. Isso faz parte do projeto de reforma do IR.

Mas, segundo interlocutores do ministro, outra fonte de receita deve ser prevista momentaneamente para que as discussões no Congresso sobre o novo programa de transferência e a **reforma tributária** possam ocorrer separadamente.

No dia 15 de julho, Bolsonaro enviou ao Congresso um projeto que flexibiliza o Orçamento e autoriza o governo a apresentara proposta de reformulação do programa social prevendo, como forma de compensação desses novos gastos, medidas que estão em tramitação no Legislativo.

Dessa forma, o Planalto precisaria aprovar, primeiro, essa proposta em votação no plenário do Congresso. Depois, enviaria o projeto do novo Bolsa Família, que dependeria da aprovação da reforma no IR.

Integrantes do governo passaram então a defender um caminho mais simples para o programa de transferência de renda. A **reforma tributária** defendida pela Economia ainda passa por ajustes após uma enxurrada de críticas.

A pasta compreende o apelo político da reformulação do Bolsa Família, mas seguirá defendendo que a compensação a longo prazo deve ser o fim da isenção sobre dividendos. Thiago Resende

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49604>

O sistema tributário continuará caótico (2)

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ, ECONOMISTA, DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES, FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Os ônus dos **tributos** para os agentes econômicos são de três categorias: a própria despesa incorrida no pagamento das obrigações fiscais; os custos de conformidade, ou seja, as despesas necessárias para apurar os **impostos** e contribuições e satisfazer às exigências do Fisco; e os custos de distorções na alocação eficiente de recursos, que são inversamente proporcionais à qualidade dos sistemas tributários.

O Brasil possui um sistema tributário de péssima qualidade, o que faz com que os custos dessas três categorias sejam muito elevados. Os problemas existem tanto nos **tributos** diretos (sobre renda e patrimônio) como nos indiretos (que incidem sobre a produção e o consumo). É sobretudo nesses últimos que residem os maiores obstáculos para o crescimento econômico. Por isso, causa estranheza o fato de o governo ter trabalhado contra a proposta de profunda reforma da tributação sobre o consumo (PEC 45), preferindo começar com uma tímida alteração, limitada ao PIS-Cofins, e com uma reforma mais ampla do imposto sobre a renda (IR), que já se transformou numa colcha de retalhos, tecida pelas pressões de grupos ou setores que se acham prejudicados com as modificações.

De fato, a tributação do consumo tem sido orientada equivocadamente para atingir objetivos múltiplos, que deveriam ser mais bem perseguidos por políticas públicas específicas.

União, Estados e municípios, crescentemente, insistem em usar os **impostos** indiretos como instrumento de políticas sociais, desenvolvimentistas, regionais e, muitas vezes, apenas como manobras eleitoreiras.

O resultado disso é que nosso sistema tributário se transformou numa enorme confusão, e é um dos grandes obstáculos, se não o maior, para a elevação da produtividade e do crescimento econômico. Isso é visível na complexidade, na guerra fiscal, no acúmulo de créditos fiscais nas empresas, no elevado número de contenciosos, na multiplicidade de alíquotas que geram privilégios para certas atividades, em vinculações que dificultam a realização eficiente de políticas públicas, na indevida oneração dos

investimentos e das exportações e em complexas questões relativas à partilha dos recursos.

Conforme estudo realizado pelo economista Bráulio Borges (Ibrel/ FGV e LCA Consultores), para o Centro de Cidadania Fiscal, a reforma consubstanciada na PEC 45, bombardeada pelo governo, ao reduzir principalmente os custos de conformidade e de alocação ineficiente de recursos, além de desonerar os investimentos, provocaria enorme impulso ao crescimento econômico. Somente os efeitos diretos poderiam aumentar o **PIB** potencial em 20%, em 15 anos.

Já o Projeto de Lei (PL) 2.337/21, que altera o IR, não remove as enormes distorções existentes nesse tributo, especialmente na tributação do lucro, hoje restrita à pessoa jurídica. Embora a alíquota nominal seja de 34% para a maior parte das grandes empresas que pagam pelo lucro real, há uma multiplicidade de alíquotas efetivas, dadas as várias possibilidades legais de ajustes do valor a ser tributado e a ampla gama de reduções do imposto devido. Isso quebra o princípio da neutralidade alocativa do IR. Afinal, deve-se tributar o lucro de maneira uniforme, seja ele gerado na empresa ou no setor que for.

Além disso, como já mostrei neste espaço, é falso que o PL diminui a regressividade do IR. Também não é lógico reduzir **impostos** diretos num país onde a carga de **tributos** indiretos incidentes sobre a folha de pagamento e o consumo de bens (não de serviços) é desproporcionalmente elevada para padrões internacionais.

O melhor que pode acontecer é que os Estados e municípios, que arcarão com a maior parte dos custos da redução do Imposto de Renda das empresas, consigam impedir a aprovação do monstro em que se transformou a **reforma tributária** de Paulo Guedes.

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ, ECONOMISTA, DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES, FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Revisão do teto não pode ser licença para gastar'

GERALDA DOCA

No lançamento do 352 livro de seu portfólio, o economista Fabio Giambiagi promete no título "Tudo sobre o déficit fiscal" esgotar um tema praticamente onipresente na pauta econômica do país. Ele relata com gráficos a trajetória

das contas públicas, desde a década de 1980, quando estatísticas e controles eram precários, até a aprovação de um teto para o gasto público, em 2016. Apesar disso, o país não conseguiu segurar a trajetória explosiva da dívida pública, desafio que se tornou ainda maior com os gastos do combate aos efeitos da pandemia e se impõe o vencedor das eleições presidenciais em 2022. Para o especialista em contas públicas, que é colunista do GLOBO, a regra do teto terá de ser revista para se manter viável. Mas alerta que isso não pode ser visto como uma liberação para o governo gastar mais.

Qual é a mensagem do seu novo livro?

A gente construiu, ao longo de 35 anos, um arcabouço de acompanhamento e controle das contas públicas invejável, mas isso não tem tido correspondência com a prática da condução da política fiscal.

Mesmo com todos esses mecanismos, porque o país não conseguiu reduzir o endividamento?

São explicações que se sucedem ao longo do tempo. No início do governo Fernando Henrique, houve reformas econômicas importantes. Mas somente a partir de 1998 houve uma ação efetiva, que foi a criação da meta fiscal. Contudo, isso acabou ofuscado pelo aumento da dívida pública, causado por uma fase de juros elevados e desvalorização cambial. No governo Lula, as contas fiscais se mantiveram mais ou menos controladas, mas isso se deu às custas de um crescimento considerável da receita e aumento de gastos. A falta de ajustes resultou na recessão econômica, entre 2015 e 2016, no governo Dilma Rousseff, quando o superávit primário foi transformado em déficit elevado.

De que forma o problema se impõe para o novo governo a partir de 2023?

É preciso liderança política para poder articular junto

ao Congresso o enfrentamento da questão. Isso passa pela revisão da regra do teto, que, politicamente, não vai resistir até 2026. Mas essa revisão não pode ser entendida como uma licença para gastar.

Mas só rever a regra do teto resolve o problema?

Será preciso uma combinação de alguns tipos de receitas. Não vai dar para fazer o ajuste apenas no componente do corte de gasto.

Com a criação de impostos?

Isso vai ficar para 2023 porque o jogo para agora já está traçado no projeto de reforma tributária que está em discussão no Congresso e que ninguém sabe qual será o resultado.

Qual será a consequência se nada for feito?

O risco é de recriar a situação que a gente já viveu. Quando a dívida sobe, gera pressão sobre a taxa de juros porque quem compra títulos públicos fica com uma batata quente na mão. Com a regra do teto, passou-se ao mercado que o problema era conjuntural. Em 2015, nós tivemos um déficit público da ordem de 10% do PIB, depois foi caindo mais ou menos 1% do PIB por ano até chegar em 6% do PIB em 2019. Ai, veio a pandemia, uma situação excepcional, o déficit foi para a Lua. É importante que o déficit do ano que vem seja menor do que neste ano.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Proposta de reforma prejudicará estados e municípios

A proposta de diminuição do recolhimento da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) de 15% para 2,5% vai prejudicar de forma significativa a maior parte da população do País.

Na visão de um dos mais renomados tributaristas do Brasil, o advogado Geraldo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz, ao propor a redução do recolhimento da alíquota do Imposto de Renda para as empresas de 15% para 2,5% o governo vai cortar importantes recursos que hoje são repassados para os 26 estados, o Distrito Federal e os 5.568 municípios que fazem parte do País.

Somente as cidades mineiras devem perder R\$ 1,7 bilhão, caso essas mudanças sejam aprovadas no Congresso Nacional.

"O recolhimento do Imposto de Renda é uma fonte fundamental de recursos tanto para os estados quanto para os municípios. Dessa forma, governadores e prefeitos de todo o País terão menos condições de investir na rede de saúde e de ensino, prejudicando serviços básicos", afirmou.

Ainda conforme Diniz, que é sócio do escritório Chenut Oliveira Santiago, em Brasília, a maioria dos problemas enfrentados pela população é resolvida nos municípios e nos estados.

"Problemas como enchentes, acesso ao ensino básico público são oferecidos pelas prefeituras e estados. A diminuição deste tipo de recolhimento vai reduzir significativamente a arrecadação, limitando a possibilidade de

prefeitos e municípios atenderem às principais demandas da população", afirmou

Preservação - Ainda conforme análise de Diniz, o projeto de **reforma tributária** acaba preservando os **tributos** federais, que não deverão ser reduzidos, diminuindo apenas os **tributos** relativos aos demais entes federativos.

"Na verdade, a grande mudança proposta pela reforma refere-se a quem está mais próximo da população e tem condições de resolver rapidamente as demandas apresentadas", afirmou.

Indignação - O relatório favorável ao projeto apresentado pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA), que defende que a alteração das alíquotas do IRPJ foi contestado, recentemente, pela Confederação Nacional

dos Municípios. (CNM).

Enquanto para o parlamentar, o fato de que estados e municípios percam cerca de R\$ 30 bilhões na arrecadação não irá trazer prejuízos a estes entes da federação, porque essa diminuição ajudará a aquecer a economia, gerando mais crescimento para todos, a CNM pensa o contrário.

Em nota recente, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, classificou como "escandaloso" o parecer do relatório do projeto de **reforma tributária**. Na nota, Ziulkoski fez um apelo para que o Congresso rejeite o projeto, por entender que a redução da receita da arrecadação do Imposto de Renda é um importante instrumento de combate à desigualdade no País.

Perda - Cálculos da CNM demonstram que os municípios brasileiros de todos os estados e do Distrito Federal podem perder R\$13,1 bilhões. Os 853 municípios mineiros, ainda conforme cálculos desta instituição, vão perder juntos R\$ 1.718.840.198.

"Se o Congresso Nacional deseja reduzir a carga tributária do País, que o faça preferencialmente reduzindo a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das empresas e os **tributos** sobre o consumo, que são muito altos no Brasil," ressaltou no documento.

O DIÁRIO DO COMÉRCIO tentou ouvir o presidente da Associação Mineira dos Municípios, Julvan Lacerda, mas até a conclusão da reportagem ele não retornou as ligações. Já o secretário de Estado de Fazenda, Gustavo Barbosa, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que não comentaria o assunto.

Sanidade tributária (3)

O debate sobre **reforma tributária** no Brasil é historicamente marcado pela resistência de grupos que fazem pressão com o único intuito de assegurar seus privilégios, adiando avanços no sistema de tributação do país, pejorativamente conhecido como "manicômio tributário".

Quando muito, o que se consegue são mudanças pontuais, que não são capazes de gerar um ambiente mais atrativo para investimentos.

Além desses obstáculos, a proposta que tramita na Câmara dos Deputados está sendo influenciada pela inédita pandemia e pela proximidade das eleições. Esses fatores contribuem para dificultar ainda mais os acordos.

A crise sanitária não deveria ser motivo de entrave, mas de estímulo para acelerar o debate sobre a reforma. Como ressaltou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, a geração de empregos só será possível com um novo modelo tributário. De fato, um sistema de tributação mais justo, simples e transparente pode gerar mais de 300 mil empregos por ano, como apontou estudo do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

Mas, para que a **reforma tributária** seja eficiente a ponto de gerar postos de trabalho, é fundamental tocar na questão dos encargos trabalhistas.

É comum a reclamação de empresários de que, para empregar um funcionário com o salário de R\$ 1.100, por exemplo, são gerados gastos da ordem de R\$ 2.000, contando os **tributos**.

Além de unificar e/ou eliminar taxas, a estrutura do sistema tributário também deve ser simplificada.

As empresas brasileiras gastam, em média, 1.500 horas por ano para pagar **tributos**, enquanto na Argentina é gasto 1/3 disso, e nos Estados Unidos são gastas em média 250 horas. É um desperdício de tempo e recurso humano inaceitável no mundo moderno.

Site: <http://digital.otempo.com.br/leitor>

Subsídios atingem R\$ 346,6 bilhões e governo prepara proposta de corte

Os subsídios do governo federal atingiram R\$ 346,6 bilhões em 2020, o equivalente a 4,65% do **PIB**. O número poderia ter sido ainda maior, mas pandemia e a consequente queda na taxa de juros acabou reduzindo os subsídios financeiros e creditícios.

Os dados fazem parte do relatório atualizado do Orçamento de Subsídios da União 2021, que será divulgado pela área econômica, ao qual o blog teve acesso.

O documento vem no momento em que o governo precisa enviar ao Congresso, até 15 de setembro, um plano para reduzir, até 2029, os subsídios tributários para 2% do **PIB** - 10% apenas no primeiro ano. A discussão também ganhará corpo com o debate da **reforma tributária** na Câmara e Senado.

Os subsídios, em especial os benefícios tributários, são valores que o governo deixa de arrecadar para estimular setores da economia. O secretário de Avaliação, Energia e Loterias do Ministério da Economia, Gustavo Guimarães, afirmou ao blog que muitos dos benefícios tributários concedidos têm pouca eficiência.

A área econômica quer propor uma revisão deles, a partir da eficiência de cada um e do quanto estimulam o crescimento da economia. A ideia, entretanto, esbarra em lobbies e nos setores beneficiados pelos benefícios.

Subsídio eficiente é o que faz o país crescer, afirma Guimarães.

Desde 2016, o governo vem conseguindo reduzir os subsídios, que vinham em uma trajetória explosiva desde 2011 e atingiram patamar recorde em 2015. Em 2003, por exemplo, estes benefícios somavam 2,96% do **PIB**.

Em 2015, já eram 6,65%. A partir de 2016, houve uma redução em especial dos subsídios creditícios e financeiros, mas os tributários, em que há perda de arrecadação, a área econômica ainda tem dificuldade.

Corte

Na aprovação da PEC Emergencial pelo Congresso, a área econômica conseguiu incluir um dispositivo

obrigando o governo a enviar ao parlamento, até 15 de setembro, um plano de redução dos benefícios tributários para 2% do **PIB** até 2029. Metade do corte teria que ocorrer nos 12 meses seguintes à aprovação do texto.

Ficaram isentos das tesouradas alguns dos maiores subsídios concedidos pelo governo: Zona Franca de Manaus, Simples e MEI (Microempreendedor Individual), cesta básica, entre outros - o que representa em torno da metade dos benefícios concedidos atualmente.

VÍDEOS: notícias sobre política

Site: <https://g1.globo.com/economia/blog/analisa-flor/post/2021/07/26/subsidios-atingem-r-3466-bilhoes-e-governo-prepara-proposta-de-corte.ghtml>

Orçamento de 2022 vai respeitar o teto de gastos

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, reforçou, nessa sexta-feira (23), o compromisso do governo com a regra de teto dos gastos - apesar das pressões por aumento de investimentos públicos. "Vamos gastar no ano que vem exatamente o que gastamos neste ano corrigido pelo IPCA", garantiu o secretário da equipe econômica, durante live do Jornal Valor Econômico. "O orçamento vai respeitar o teto dos gastos", reforçou.

Sachsida comentou que os custos da pandemia vão durar algum tempo, já que a pobreza aumentou. "É evidente que temos de ter programa social mais robusto que hoje", observou, referindo-se à ampliação do Bolsa Família.

O secretário destacou que o governo não concedeu até agora aumento de salário para funcionário público civil. Diante da limitação do teto, ele pontuou que a decisão de reajustar o salário de servidores e aumentar o Bolsa Família é do presidente Jair Bolsonaro e torna-se uma "escolha orçamentária" - ou seja, de priorizar alguns gastos em detrimento de outros.

Segunda onda da covid-19

Adolfo Sachsida negou que tenha defendido a imunidade de rebanho como medida de combate à covid-19. Na live, ele pediu desculpas mais uma vez por ter dito que a chance de segunda onda da doença era baixa. O secretário foi convocado pela CPI da Covid por uma declaração de novembro de 2020 em que correlacionou a perspectiva de recuperação da economia ao aumento da mobilidade.

Segundo o secretário da SPE, na época da declaração sobre a segunda onda, ele estava explicando as projeções para o **PIB** e observava a queda do distanciamento social. "O que estávamos olhando era o distanciamento social, e estava caindo. Quando se olha as projeções do **PIB**, nós acertamos", disse, em referência à queda de 4,1% do **PIB** em 2020.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=116646>

Partidos ampliam repasse de verba para fundações

Ao mesmo tempo em que passaram a receber montantes bilionários de recursos públicos para financiar suas operações e campanhas, os partidos políticos estão destinando parcelas cada vez maiores da verba do Fundo Partidário para as fundações mantidas pelas próprias legendas.

Os gastos dessas fundações não são divulgados pelo Sistema de Prestação de Contas Anual do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Deste modo, enquanto as receitas dos partidos estão em alta, a destinação das despesas está cada vez menos transparente.

Mas, um histórico de suspeitas ronda essas instituições. Nos últimos anos, gastos sem relação com funções educativas foram alvo de apurações. Em 2017, por exemplo, o Ministério Público (MP) vetou tentativa do MDB de usar R\$ 5 milhões da fundação do partido, a Ulysses Guimarães, para bancar dívidas de campanha.

As fundações são instituições obrigatórias - por lei, as legendas precisam ter uma e destinar a elas ao menos 20% de recursos do Fundo Partidário. A ideia da legislação é manter, dentro das siglas, órgãos de caráter educativo que capacitem seus integrantes para propor políticas públicas consistentes.

Em 2019, em média, 22% das despesas dos partidos foram para as fundações. No ano passado, foram 28%. Neste ano, em dados parciais, esse percentual médio chega a 39%, segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esses números consideram a soma das despesas de todas as siglas. Há partidos que chegam a mandar para as fundações mais da metade de suas despesas - como PSC, PP e PSL. Desde 2019, as fundações receberam cerca de R\$ 414 milhões dos partidos.

O Fundo Partidário e o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (o chamado fundo eleitoral) são as duas principais fontes de financiamento das legendas nacionais. O financiamento público passou a ganhar espaço como receita a partir de 2015, quando a minirrefoma política foi aprovada - na esteira da Lava-Jato - e banuiu o financiamento empresarial de campanhas.

Desde então, políticos têm feito pressão para incrementar esses fundos. Recentemente, o Congres

so ampliou para R\$ 5,7 bilhões a previsão do fundo eleitoral para o ano que vem.

A responsabilidade pela fiscalização das contas das fundações passou por um vaivém entre Ministério Público (MP) e Justiça Eleitoral, que se alternavam na função entre 2018 e 2020, graças a dois entendimentos diferentes sobre o tema no TSE.

Atualmente, essas despesas são analisadas de forma manual pelo tribunal, que não tem um sistema para publicar - como esse dinheiro é gasto. "O TSE está se estruturando para a análise das contas das fundações", disse o órgão, em nota, ao informar que elaborou proposta para desenvolvimento de um novo sistema de prestação de contas que vai contemplar "elaboração, exame e divulgação da prestação de contas das fundações". Não foi informado o prazo para a efetivação do novo sistema.

Práticas Sem a divulgação dos dados, fica impossível que entidades externas e a sociedade civil verifiquem se as fundações gastam os recursos públicos com empresas pertencentes aos próprios dirigentes partidários ou a doadores de campanha. Essa prática foi apontada pelo Movimento Transparência Partidária há três anos, quando a entidade, em parceria com o TSE, cruzou despesas do Fundo Partidário com os CPFs dos filiados nos partidos. As transferências dessa natureza superaram R\$ 10 milhões.

- Tem ainda a questão do uso eficiente dos recursos públicos. E adequado que seja pago um aluguel de uma mansão no Lago Sul (de Brasília) para ser a sede de um partido? E legítimo questionar - isso - disse Marcelo Issa, do Movimento Transparência Partidária.

Uma das ideias que circulam nas discussões sobre a nova **reforma política** no Congresso é a de repassar mais uma vez ao MP a responsabilidade sobre a fiscalização das contas dos partidos.

- Infelizmente, os partidos não querem transparência e contam com a colaboração, a meu ver, do TSE. Em plena era digital, se vê o tribunal julgando contas de cinco, seis anos atrás - afirmou o secretário-geral da organização Contas Abertas, Gil Castelo Branco.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>